

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO 112\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncio e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

## ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País ... ..	1 600\$00	1 100\$00
Para países de expressão portuguesa...	2 200\$00	1 400\$00
Para outros países ... ..	2 600\$00	1 800\$00
AVULSO: Por cada página ... ..	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa:

Todos os originais com desumo ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

## SUPLEMENTO

### SUMARIO

#### CONSELHO DE MINISTROS:

##### Decreto-Lei n.º 15-A/90:

Procede a alguns reajustamentos a nível da organização e desenvolvimento da carreira do pessoal integrado nas FSOP, mediante a supressão de algumas categorias e postos e a introdução de outros.

##### Decreto-Lei n.º 15-B/90:

Aprova o Estatuto do Gestor Público.

##### Contas e balancetes diversos.

#### CONSELHO DE MINISTROS

##### Decreto-Lei n.º 15-A/90

de 30 de Março

Na sequência das alterações introduzidas na estrutura superior da carreira militar, através do Decreto-Lei n.º 113-A/88, de 17 de Dezembro;

Impondo-se também proceder a alguns reajustamentos a nível da organização e desenvolvimento da carreira do pessoal integrado nas FSOP, mediante a supressão de algumas categorias e postos e a introdução de outros, mais adequados à realidade actual das referidas Forças;

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 66/III/89, 30 de Dezembro;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os Oficiais das Forças de Segurança e Ordem Pública FSOP passam a agrupar-se hierarquicamente em categorias e postos distribuídos da seguinte forma, por ordem decrescente:

#### a) Oficiais Superiores:

Coronel.  
Tenente-Coronel.  
Major.

#### b) Capitães.

Capitão.

#### c) Oficiais Subalternos.

Primeiro Tenente.  
Tenente.  
Sub-Tenente.

Artigo 2.º As condições gerais e especiais de promoção aos postos de Coronel e Tenente-Coronel serão reguladas em diploma próprio.

Artigo 3.º São revogados o artigo 8.º e o n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 43/84, de 5 de Maio.

Artigo 4.º O presente diploma produz efeitos a partir de Janeiro de 1990.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Pedro Pires — Júlio de Carvalho — Arnaldo França.*

Promulgado em 26 Março 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

### Decreto-Lei n.º 15-B/90

de 30 de Março

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo artigo 6.º da Lei n.º 63/III/89, de 30 de Dezembro;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

(Aprovação)

É aprovado o Estatuto do Gestor Público que faz parte integrante desta diploma.

#### Artigo 2.º

(Entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Julho de 1990.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Pedro Pires — João Pereira Silva — Oswaldo Lopes da Silva — Adão Rocha — Arnaldo França.*

Promulgado em 26 de Março de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular:

## Estatuto do Gestor Público

### CAPITULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

(Conceito de gestor público)

Consideram-se gestores públicos os indivíduos nomeados pelo Conselho de Ministros para o desempenho de funções de directores-gerais ou directores e administradores das empresas públicas.

#### Artigo 2.º

(Vinculação do gestor público à empresa)

1. A nomeação do gestor público envolve a atribuição de um mandato para o exercício de funções pelo prazo de três anos.

2. Em caso de substituição do Gestor Público pode o decreto de nomeação fixar um mandato de duração inferior a três anos.

#### Artigo 3.º

(Aceitação do mandato através da posse)

A aceitação do mandato conferido resulta da simples tomada de posse pelo gestor público das funções para que foi nomeado.

#### Artigo 4.º

(Aceitação do mandato através do contrato de gestão)

1. Pode a aceitação do mandato processar-se ainda através de celebração de um contrato escrito de gestão entre o Estado e o gestor público, sendo o Estado representado, para o efeito, pela entidade de tutela.

2. O contrato de gestão regulará as condições de exercício de funções, nelas se incluindo, nomeadamente, a definição das metas a atingir, as condições de remuneração, os prémios de gestão a atribuir em função dos resultados alcançados e qualquer regime especial de indemnização por cessação do mandato.

3. A minuta do contrato de gestão está sujeito a visto prévio do Ministro das Finanças.

4. O Governo regulamentará, nos termos previstos no artigo 32.º do presente diploma, o contrato de gestão.

#### Artigo 5.º

(Posse do gestor público)

1. A posse é um acto público e pessoal não podendo em caso algum ser tomada por procuração.

2. O prazo para a posse é de trinta dias depois de publicado o decreto de nomeação, podendo ser prorrogado pela entidade de tutela até sessenta dias, com fundamento em conveniência de serviço ou em doença prolongada, devidamente comprovada, do interessado a empossar.

3. A posse é conferida pela entidade de tutela, sendo permitida a delegação de competência para o efeito.

4. No acto da posse, de que se lavrará auto, o empossado prestará a seguinte declaração de compromisso de honra:

«Declaro por minha honra dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo com lealdade e zelo os deveres do cargo de gestor público, com fidelidade total à Constituição e às demais leis da República de Cabo Verde».

**Artigo 6.º***(Limite máximo de exercício na mesma empresa)*

1. Nenhum gestor público pode ser nomeado para mais de três mandatos seguidos ou quatro interpolados, na mesma empresa.

2. O disposto no número anterior não se aplicará em casos especiais assim reconhecidos pelo Conselho de Ministros e, designadamente, quando os interesses da empresa ou o grau de especialização do gestor público não aconselham a sua substituição.

**Artigo 7.º***(Regime do mandato: remissão)*

Aplicam-se ao regime do mandato as disposições da lei civil sobre o contrato de mandato, em tudo o que não for ressalvado expressamente no presente Estatuto.

**Artigo 8.º***(Exercício das funções de gestor público)*

1. Os gestores públicos deverão ser escolhidos de entre pessoas reconhecida competência e habilitadas com curso compatível ou que possuam formação técnica e/ou experiência profissional adequados ao exercício de funções de gestão de empresas.

2. Para o exercício das funções de gestor público podem ser, em comissão de serviço:

a) Nomeados trabalhadores da própria empresa, com observância do disposto na segunda parte do n.º 2 do artigo 8.º das Bases Gerais das Empresas Públicas;

b) Requisitados trabalhadores da Administração Central e Local, dos institutos e das empresas públicas e do sector privado.

3. Aos gestores oriundos do sector público que desempenham as funções em comissão de serviço serão mantidos todos os direitos inerentes ao seu quadro de origem e considerado todo o período de comissão como serviço prestado nesse quadro.

**Artigo 9.º***(Processo de requisição)*

1. A requisição do gestor público será ordenada por despacho do Primeiro Ministro, precedendo acordo do interessado e autorização do membro do Governo, da autarquia local, do instituto público ou da empresa pública ou privada de que dependa o trabalhador.

2. A falta de autorização referida no número anterior por parte de entidades do sector público pode ser suprida por despacho do Primeiro Ministro.

**Artigo 10.º***(Regime do exercício das funções)*

1. As funções dos directores gerais ou directores e, no silêncio dos estatutos, dos administradores das empresas públicas são exercidas em regime de tempo inteiro.

2. O disposto no número anterior não obsta a que os administradores exerçam a sua função em mais de uma empresa pública, se assim for entendido conveniente pelo Conselho de Ministros, para assegurar coordenação entre empresas ou em sectores de actividade.

3. Se da acumulação resultar maior responsabilidade para o gestor, este terá direito a uma gratificação a fixar pelo Ministro das Finanças e pela entidade de tutela.

**CAPÍTULO II***(Direitos e deveres dos gestores públicos)***SECÇÃO I***Direitos dos gestores públicos***Artigo 11.º***(Retribuição)*

1. Os gestores públicos têm direito a uma retribuição mensal composta pela remuneração de base a fixar em decreto do Governo em função da dimensão e complexidade das empresas, e por outras prestações previstas expressamente na lei.

2. Os gestores públicos poderão optar pela retribuição mensal auferida no quadro de origem.

3. Os gestores públicos que exerçam funções em regime de tempo parcial, de harmonia com os estatutos da empresa, apenas terão direito a uma gratificação a fixar pelo Ministro das Finanças e pela entidade de tutela.

**Artigo 12.º***(Benefícios sociais)*

Os gestores públicos gozam do direito aos benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa em que desempenham funções, sem prejuízo de poderem optar, quando requisitados nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º pelos benefícios sociais do lugar de origem.

**Artigo 13.º***(Férias)*

1. Os gestores públicos têm direito a trinta dias de férias remuneradas em cada ano, a gozar em época fixada, de harmonia com a conveniência do funcionamento das empresas em que exercerem funções.

2. No ano civil de admissão, os gestores públicos apenas gozarão o período de férias remuneradas, fixado no número anterior, no caso de já serem titulares do respectivo direito no seu lugar de origem e na medida em que o não hajam exercido.

3. Para os efeitos do número anterior, considera-se ano de admissão o da entrada ao serviço, desde que não tenha havido interrupção imputável ao interessado.

**Artigo 14.º***(Isenção de horário)*

O gestor público está isento de horário de trabalho não lhe sendo por isso devida qualquer remuneração por trabalho prestado fora do horário normal.

**Artigo 15.º***(Gratificação anual)*

1. Os gestores públicos têm o direito de receber uma gratificação anual de gestão, nos termos, condições e montante a serem definidos em decreto do Governo.

2. O disposto no n.º 2 do artigo 13.º aplica-se igualmente ao direito mencionado no número anterior.

**Artigo 16.º***(Previdência social)*

Os gestores públicos não oriundos da Administração Pública são abrangidos pelo sistema de previdência social aplicável aos trabalhadores por conta de outrem.

**Artigo 17.º***(Ajudas de custo e passagens)*

1. O gestor público tem direito a ajudas de custo compatíveis com a especial dignidade do cargo e direito a viajar em classe executiva quando em deslocação de serviço.

2. Salvo disposição expressa da lei, o montante das ajudas de custo é o mesmo que perceberá o pessoal dirigente da Função Pública.

**Artigo 18.º***(Uso pessoal da viatura de serviço)*

1. Os directores gerais ou directores têm direito a utilizar a viatura de serviço, sem prejuízo desta, em actos não oficiais e fora das horas de expediente desde que se obriguem ao seguinte:

- a) Fazer todo o serviço oficial com a viatura;
- b) Conservar a viatura com bom aspecto e em bom estado de conservação e custear as despesas com o combustível excedentes ao limite fixado legalmente;
- c) O mais que for determinado em lei.

2. Quando se verificar que a reparação de que a viatura necessita é resultado de culpa dos directores-gerais ou directores das empresas a quem foi distribuída, aquela será feita por sua conta.

3. As viaturas distribuídas aos directores-gerais ou directores das empresas só poderão ser conduzidas pelos próprios ou por condutores auto da empresa.

**SECÇÃO II***Deveres dos gestores públicos***Artigo 19.º***(Deveres gerais)*

1. Independentemente das obrigações que resultem da lei e das disposições regulamentares e estatutárias, os gestores públicos devem exercer as suas funções e gerir as respectivas empresas segundo critérios de economicidade, eficiência e eficácia, e de acordo com os objectivos definidos, tendo em vista uma contribuição activa para o processo de desenvolvimento económico e social do país, cumprindo-lhes, nomeadamente:

- a) Prosseguir a realização do objecto da empresa e assegurar o seu equilíbrio económico-financeiro;
- b) Promover a elaboração de planos anuais e plurianuais coerentes com as estratégias sectoriais superiormente definidas;
- c) Contribuir activamente para que a empresa possa alcançar os objectivos que lhe sejam definidos e as metas constantes dos instrumentos de gestão previsional;
- d) Participar, com assiduidade, eficiência e eficácia nas actividades do órgão em que se integram, mantendo permanentemente actualizados os conhecimentos sobre os aspectos do funcionamento das empresas em que exerçam as suas funções.
- e) Fomentar, no âmbito das empresas, as condições de criatividade indispensáveis a uma actuação crítica e responsável das suas estruturas;
- f) Observar na sua gestão uma conduta de total independência, prosseguindo exclusivamente na sua actividade os interesses e atribuições da empresa cuja gestão lhe foi confiada;
- g) Guardar sigilo dos factos da vida da empresa de que tenham conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e dos poderes de intervenção do Governo expressamente consignados na lei, o gestor público exerce as suas funções com plena autonomia, não se encontrando, nessa qualidade, sujeito a qualquer subordinação hierárquica nem aos deveres específicos próprios dessa relação.

**Artigo 20.º***(Proibição de exercício de actividades)*

1. Os gestores públicos não podem por si ou interposta pessoa:

- a) Exercer qualquer actividade privada remunerada ainda que em regime liberal;
- b) Ser director, gerente ou administrador de empresas comerciais, industriais ou de serviços;
- c) Ter interesses em empresas que possam comprometer a sua isenção no exercício de cargo.

2. A proibição a que se refere o número antecedente não abrange a produção de obras científicas, literárias e artísticas.

**Artigo 21.º***(Declaração de interesses patrimoniais)*

1. Antes do início das funções, os gestores públicos devem declarar os elementos do seu activo e passivo patrimonial nos termos do Decreto n.º 100/87, de 19 de Setembro.

2. A não apresentação culposa ou a inexactidão indesculpável das declarações determina, além do mais, a exoneração do gestor público.

**Artigo 22.º***(Impedimento do gestor público)*

O gestor público deverá declarar-se impedido de tomar posições no órgão a que pertence sempre que sejam adoptadas deliberações que afetem directa ou indirectamente os seus interesses pessoais.

**CAPITULO III***Cessação das funções do gestor público***Artigo 23.º***(Exoneração)*

1. O gestor público pode ser livremente exonerado pelo Conselho de Ministros, podendo a exoneração fundar-se em mera conveniência de serviço.

2. A exoneração do gestor público dará lugar, sempre que não se fundamente no decurso do prazo, em motivo justificado, na dissolução do Conselho de Administração ou na extinção da empresa pública, a uma indemnização de valor correspondente à remuneração de base vincenda até ao termo do mandato, mas não superior à remuneração de base anual do gestor público.

3. Se o gestor público for trabalhador da Administração Central e Local, dos institutos públicos ou de empresas públicas a indemnização eventualmente devida será reduzida ao montante da diferença entre a remuneração de base como gestor e a de lugar de origem à data de cessação de funções como gestor.

4. Para efeitos do número dois, considera-se motivo justificado:

- a) A falta reiterada de observância da lei ou dos estatutos da empresa;
- b) A violação grave dos deveres do gestor público;
- c) A não comprovação superveniente e devidamente demonstrada da capacidade adequada a garantir a prossecução do objecto da empresa pública;
- d) A não realização dos objectivos básicos previstos.

5. O apuramento do motivo justificado para a exoneração do gestor público pressupõe a prévia audiência deste sobre as razões invocadas, mas não implica o estabelecimento ou organização de processo disciplinar.

**Artigo 24.º***(Renúncia do gestor público)*

O gestor público pode renunciar ao mandato conferido mediante carta dirigida à entidade de tutela, com a antecedência mínima de três meses sobre a data em que se propõe e cessa funções.

**Artigo 25.º***(Dissolução do Conselho de Administração)*

1. A dissolução do Conselho de Administração pode ser determinada pelo Conselho de Ministros, nos seguintes casos:

- a) Não observância dos objectivos básicos definidos pela entidade de tutela e consignados nos instrumentos de gestão previsional ou no contrato de gestão;
- b) Desvio substancial entre os instrumentos de gestão previsional e a respectiva execução;
- c) Deterioração dos resultados do exercício durante o qual o Presidente haja exercido funções por período não inferior a nove meses.

2. As situações descritas nas alíneas b) e c) do número anterior só são susceptíveis de ser invocadas no caso de o Conselho de Ministros considerar que o Conselho de Administração não tomou todas as medidas ao seu alcance para reduzir ou evitar tais situações.

3. A dissolução do Conselho de Administração determina a cessação do mandato de todos os seus membros.

**CAPITULO IV***Disposições diversas***Artigo 26.º***(Responsabilidade do gestor público)*

1. Os gestores públicos respondem civilmente perante a empresa pública pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

2. Se os gestores públicos praticarem actos fora do exercício das suas funções, ou no exercício delas mas não por causa desse exercício e deles resultarem danos para outrem, serão responsáveis do mesmo modo que os simples particulares.

3. Nas empresas públicas que tenham Conselho de Administração, os respectivos gestores públicos são solidariamente responsáveis por todos os actos das empresas públicas contrários à lei ou às normas regulamentares, nos quais tenham participado sem manifestar na respectiva acta a sua oposição ou discordância.

**Artigo 27.º***(Apreciação do desempenho dos gestores)*

Os gestores públicos ficam sujeitos à apreciação periódica do seu desempenho por parte da entidade de tutela, de acordo com o sistema a estabelecer pelo Governo.

## Artigo 28.º

*(Gestores públicos em regime de tempo parcial)*

O disposto nos artigos 12.º a 16.º; 18.º e 20.º não se aplica aos gestores públicos que exerçam funções em regime de tempo parcial.

## Artigo 29.º

*(Regime fiscal do gestor público)*

1. Os gestores públicos ficam sujeitos, quanto às respectivas retribuições, ao regime fiscal aplicável aos trabalhadores das empresas privadas.

2. O disposto no número anterior não se aplica aos gestores públicos que, oriundos da Administração Pública, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º, optarem pela retribuição anteriormente auferida no seu quadro de origem.

## Artigo 30.º

*(Encargos da empresa pública)*

Constitui encargos da empresa pública o pagamento dos montantes resultantes dos artigos 11.º a 17.º, e da indemnização referida no n.º 2 do artigo 23.º.

## Artigo 31.º

*(Relevância do tempo de serviço anterior)*

Para efeitos do artigo 6.º, considera-se relevante todo o tempo de serviço prestado na mesma empresa pelos directores-gerais ou directores e pelos administradores, em exercício de funções à data da entrada em vigor do presente estatuto.

## Artigo 32.º

*(Regulamentação)*

O Governo regulamentará por decreto o Estatuto do Gestor Público.

O Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, *Arnaldo França*.

---

**CONTAS E BALANCETES DIVERSOS**


---

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL E PISCAS**


---

**Gabinete do Ministro**

DESPACHO N.º 7/89

Tendo-me sido apresentados os documentos de prestação de contas da Empresa Pública de Fomento Agro-Pecuário, referentes ao exercício de 1987;

Ouvido o parecer do Ministério das Finanças;

Aprovo, ao abrigo do artigo 19.º, n.º 1, alínea b), das Bases Gerais das Empresas Públicas, aprovadas pelo De-

creto-Lei n.º 11/87, de 18 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas da Empresa Pública de Fomento Agro-Pecuário, referentes ao exercício de 1987.

A Direcção da FAP-E.P., fica obrigada a proceder à publicação dos mesmos documentos e contas no *Boletim Oficial*, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do acima citado diploma, depois de vistas as recomendações constantes da Informação n.º 45/GAE/88 e seu anexo, de 24 de Agosto do Gabinete de Apoio às Empresas.

Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, na Praia, aos 25 de Fevereiro de 1989. — O Ministro, *João Pereira Silva*.

---

**FOMENTO AGRO-PECUÁRIO, E. P.**
**1. Apresentação:**

Dando cumprimento ao estipulado nas bases gerais das Empresas Públicas e nos estatutos da Empresa, no seu artigo 23.º, aprovado pelo Decreto n.º 43/79 de 5 de Maio e tendo em conta as demais leis vigentes no país, temos a subida honra de apresentar ao Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, e demais entidades a que essas leis se referem, o Relatório e Contas do Exercício Económico de 1987 da Empresa Pública de Fomento Agro-Pecuário.

As correcções das contas dos anos anteriores, consoante os diversos pareceres técnicos submetidos à tutela, a falta de pessoal qualificado nalguns sectores considerados preponderantes na Empresa vieram atrazar a entrega atempada destes documentos. Também, a nossa preocupação em querer elaborar documentos definitivos e com o parecer técnico do GAE afim de haver maior consonância no tratamento das questões, com vista a facilitar a aprovação das contas, fez com que só agora conseguíssemos apresentar o nosso relatório, pelo que solicitamos a vossa compreensão por esta e outras falhas que poderão surgir ao longo deste trabalho.

Agradecemos as vossas críticas para que possamos melhorar de ano para ano o nosso tipo e qualidade de apresentação.

Praia, 7 de Julho de 1988. — O Director, *José Lino Ramos Melício*.

**2. Introdução:**

Tentando levar a bom termo um dos objectivos que a FAP não teria conseguido atingir nos anos anteriores e ao mesmo tempo que se desenvolvia as actividades habituais, conseguindo-se neste ano fazer uma pequena experiência de comercialização em grosso de alguns excedentes agrícolas de Santiago, canalizando-os para as ilhas do Sal e S. Vicente. Essa actividade não foi lucrativa em termos financeiros, mas a experiência adquirida veio a demonstrar que não conseguimos competir com os «rabidantes» dado aos elevados custos de aquisição e meios de comercialização utilizados no escoamento do produto.

Podemos afirmar que o exercício de 1987, foi um dos piores anos para o FAP em termos de críticas dos camponeses e satisfação da clientela, dada a diversidade de actividades a que nos sujeitamos afim de se poder cumprir o programa e objectivos previamente traçados e tirar as ilações sobre o cumprimento dos objectivos estatutários na sua integridade.

A actividade de fomento foi desenvolvida em diversos ramos: fabrico de rações e sua venda abaixo do preço de custo, leite pasteurizado, o estudo para o fabrico de queijo tradicional etc. No que concerne aos produtos da Unidade de Reconstituição do Leite, faz-se uma campanha de promoção ao mercado com vista a se conseguir elementos sobre a aceitação desses produtos pela população praieense. A experiência foi bastante encorajadora.

No próximo exercício teremos que optar definitivamente para a viabilização dos sectores não rentáveis e procurar cobrir os prejuízos com o balanço judicioso das actividades votadas ao fomento e a comercialização de inputs que possam suportar esses encargos.

Com efeito e como resultado desta política, a FAP, como motor da produção agro-pecuária, alterou o leque das suas actividades para solidificar os princípios definidos pelos nossos estatutos e tornar mais competitivo os seus preços, conseguindo baixa-los substancialmente em termos relativos e absolutos.

A colaboração com os serviços do MDRP, tem sortido efeito considerável na satisfação dos interesses dos camponeses e dos objectivos nacionais do desenvolvimento rural.

Entretanto, não deixaremos de frisar o problema do prazo de pagamentos dos organismos diversos que poderão vir a criar alguns problemas na nossa tesouraria limitando assim a nossa capacidade de resposta perante os compromissos assumidos.

### 3. ACTIVIDADE COMERCIAL

Continuamos dependentes da pluviometria registada durante o ano e da sua distribuição no tempo e no espaço agrícola nacional.

Com isso, a nossa agricultura tem de optar para uma capacitação técnica cada vez mais especializada para se conseguir fazer face aos caprichos da natureza e aos fracos recursos dos nossos agricultores e criadores.

Todos os anos registamos com um certo desagrado o número de proprietários e agricultores que se dirigem à Empresa solicitando créditos de vária ordem porque a agricultura não produz o suficiente para o autofinanciamento das campanhas. O crédito agrícola começou a aliviar-nos em parte dessa preocupação. Entre tanto, não registamos um aumento substancial da cifra de negócios por razões sobejamente conhecidas, como a falta de rede de conservação dos produtos agrícolas, falta de informação técnica generalizada para criação de associações de produtores etc. etc.

Assim, a nossa actividade comercial, ficou de uma certa forma condicionada aos objectivos a que nos propomos alcançar, como evidente, para que se conseguisse a melhoria que tanto almejamos.

Compulsando os documentos, podemos notar que do montante geral da nossa facturação (185.722 contos), a parte que cabe à exportação da banana e café avulta os 70 mil contos, isto é, resultado de transacções com o mercado externo.

#### 3.1 FACTORES DE PRODUÇÃO

Relativamente ao exercício anterior, houve um aumento considerável da facturação dos equipamentos e factores de produção, devido ao ligeiro aumento do caudal e dos aquíferos principalmente nas ilhas de Santo Antão e Santiago.

Quanto às rações com a retirada do nosso principal cliente, a «Justino Lopes», a baixa foi sentida, embora tivéssemos aumentado o mercado privado de fornecimento aos criadores, dispersando os nossos postos de venda e firmando acordos com as cooperativas.

#### 3.2 FÁBRICA DE RAÇÕES

O aumento da qualidade dos produtos e o baixo preço praticado não impediu que a produção baixasse. Se é certo que o nosso principal cliente consuma 2/3 da nossa produção, procuramos expandir a nossa acção junto dos criadores afim de dar saída à produção e tentar atingir o limiar de rentabilidade. Vai ser muito difícil ainda no próximo ano produzir lucros com o

desenvolvimento pecuário se não revemos a nossa tabela de preços das rações.

Pensamos atingir um maior número de criadores no próximo ano e redimensionar a fábrica para se conseguir menos prejuízos com essa actividade.

#### 3.3 U.R.L.

A Unidade de Reconstituição do Leite conseguiu facturar simplesmente o valor aproximado de mil trezentos e quarenta contos sem que essa quantia viesse a cobrir a metade das despesas de funcionamento da fábrica.

Urge rentabilizar o sector e produzir lucros.

Levantados os estrangulamentos técnicos e de fornecimento das matérias-primas, a unidade deve passar a cobrir as suas despesas no próximo exercício.

#### 3.4 OFICINA DE MOTOBOMBAS

Ainda em fase de projecto, a oficina constitui um encargo financeiro para a empresa, sem que possamos obter por enquanto qualquer benefício financeiro. Entretanto, começou a fornecer aos utilizadores de material de rega um apoio técnico digno de menção, prometendo garantias à manutenção séria do sector hortícola detentor de motobombas.

O final do ciclo de formação dos Mecânicos está previsto para os meados do próximo ano.

Todavia, há já uma certa confiança nos serviços fornecidos e julgamos poder vir a rentabilizar a oficina a partir do 1.º ano de funcionamento após o término do projecto.

#### 3.5 EXPORTAÇÃO DA BANANA

Constatamos que foi esta a actividade mais rentável do exercício apesar das leis condicionais que surgiram no mercado importador e com prejuízos sofridos com:

a retirada do plafond de exportação  
a demora nos pagamentos dos contingentes.

Deslocamos a Portugal em fins de Setembro e obtivemos das autoridades comerciais portuguesas uma certa abertura em rediscutir o plafond e uma promessa do seu aumento para 300 toneladas mensais.

Todavia, não conseguimos licença para o nosso importador durante os meses que se seguiram visto que a lei que regula esta matéria não foi publicada a tempo.

Esses condicionalismos vieram a prejudicar o nosso programa de exportação em mais de oitocentas toneladas previstas. Facturamos entretanto mais de sessenta e oito mil contos em divisas.

### 4. O PAPEL DE FOMENTO

Se nos exercícios anteriores a FAP poderia ser criticada pelo pouco empenho em baixar os lucros e fomentar a produção no campo, hoje essa crítica carece de fundamento.

Em todos os ramos estatutários houve uma tentativa de cumprimento sério e rigoroso das nossas actividades em geral e um desempenho pleno de actividades ligadas pura e simplesmente ao fomento da agricultura (a montante e a jusante da produção).

Falta todavia esclarecer o papel da EMPA em relação ao abastecimento de produtos agro-pecuários, afim de não gerar incompatibilidades com os nossos estatutos.

Aquando da execução das directivas no sentido de apoiar o escoamento dos produtos agrícolas, perecíveis a curto prazo, e inexistentes nos mercados do Mindelo e Espargos, a FAP prontificou-se a cumprir essa tarefa, registando-se no final das operações perdas enormes, pois não havia um fundo de maneiio apropriado para essa actividade de fomento.

O mesmo não aconteceu com a execução dos preços de garantia, por falta de meios materiais (armazéns etc.) e por não dispormos de capital, suficiente para levar a cabo a operação.

Desencadeamos o processo de aquisição de aguardente em Dezembro último sem que o FESA tivesse respondido à proposta do GEP no sentido de financiar a operação. Pussemos à disposição dos produtores de «Grogue» de Santo António 3 000 contos, imobilizados enquanto aguardamos o financiamento básico para prosseguir a operação.

Foi feita uma revisão geral dos preços das sementes hortícolas dos mercados fornecedores e dos produtos fitosanitários, procurando diminuir os custos na origem ou então comercializar com uma margem beneficiária reduzida afim de aumentar o poder de compra dos agricultores.

Quanto às ferramentas agrícolas, conseguimos um abastecimento dos preços mesmo junto dos fornecedores.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A empresa, vocacionada para o fomento, não poderá vir a utilizar os rácios financeiros para medir a sua eficácia.

Eis o dilema: produzir grandes lucros para se ver aumentar as taxas ou fomentar a produção agro-alimentar no país.

Da análise baseada nas informações dos capítulos anteriores se depreende facilmente que a rentabilidade da Empresa está na eficácia da gestão dos fundos à sua disposição de modo a não gerar disparidades na sua utilização, ou aberrações como nos anos anteriores em que somas enormes são devolvidas ao tesouro público quando os preços dos factores de produção se mantêm a um nível proibitivo ou relativamente alto para se promover os objectivos preconizados no II PND para agro-pecuária nacional.

Pautamos a nossa análise na satisfação dos objectivos económicos da agricultura na sua globalidade em que os resultados serão medidos na qualidade e quantidade de produtos que abasteceram o mercado dos frescos e na qualidade e quantidade de produtos que abasteceram o mercado dos frescos e na criação de meios e mecanismos para o investimento no sector agrícola.

O empate do capital motivado pelos atrasos no recebimento geral da Empresa motivou que esta não pudesse satisfazer os seus compromissos perante as Finanças, sujeitando-nos a pagar juros, no valor de 6 000 contos a que veio a absorver toda a nossa capacidade de apresentar resultados contabilísticos positivos no presente exercício.

Facilmente se nota que retirando este valor relativo aos juros, os rácios passam a ser bastante positivos, o que demonstra a fragilidade da nossa tesouraria e ao mesmo tempo a eficácia da gestão em termos absolutos.

## 6. ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO E CONTROLE:

Sem contar o período de adaptação dos quadros e rotação necessária de que precisa, cada empregado para o

desempenho das suas funções, contamos ter preenchido as lacunas até esta existentes no nosso organigrama, embora haja ainda a considerar a adequação dos postos ao quadro.

Os Departamentos de Produção e Comercial foram adotados de elementos de cupula que irão paulatinamente libertando a Direcção da Empresa de funções que vinha acumulando com a gestão geral.

A organização dos serviços de contabilidade em moldes actuais para se projectar num futuro próximo a utilização da informática foi uma preocupação cadente, corroborada com o facto de até esta não termos conseguido entregar os documentos nos prazos estipulados pela lei, o que julgamos puder vir a ultrapassar brevemente.

Relativamente ao programa de actividades, consideramos os desvios na medida do aceitável, embora a produção de rações viesse a contrariar as nossas previsões.

Investiu-se como programado na renovação do parque de automóveis ficando parte do programa a ser cumprido nos anos vindouros.

A criação do Posto de Venda na Ribeira Grande começa a justificar a sua existência. Apesar do fraco volume de venda naquele concelho, optamos para a sua continuação alargando a sua actividade ao Concelho do Paúl o que constitui ainda um projecto dispendioso dada as distâncias a percorrer.

As receitas ultrapassam de longe as do exercício anterior, reforçando a nossa aposta em vir a criar postos de venda no Fogo e no Mindelo onde a actividade agrícola ainda não poderá justificar a viabilidade se não pensarmos no papel de fomento.

A melhoria na qualidade das rações verificou-se pelo facto de termos contratado um técnico engenheiro em zootecnia que vem procurando estudar as diversas formas de viabilização da Fábrica.

## 7. PESSOAL:

O número total do pessoal efectivo aumentou de 64 para 72 trabalhadores o que reflete de facto o alargamento das actividades da Empresa.

Houve poucas mudanças no quadro do pessoal. A admissão de mais dois quadros de formação superior e a formação de quadros internos para posteriores acções de formação na Empresa fez elevar o nível profissional melhorando consideravelmente o «savoir-faire» do pessoal.

Neste ano não tendo havido aumento de salários nem remodelação da nossa tabela (um pouco baixa se comparada com a de outras Empresas) registamos a saída de alguns quadros que noutros serviços conseguiram salário e colocação mais vantajosos. Tais saídas que de início causaram algum desfalque em determinados sectores, já não vêm causando quaisquer entraves ao funcionamento normal dos serviços da FAP.

Código das contas	Activo	Activo bruto	Prov. amort. e reintegração	Activo líquido	Código das contas	PASSIVO	Passivo e situação líquida
	<b>Activo</b>					<b>PASSIVO</b>	
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa ... ..	623 361\$80		623 361\$80	219	Adiantamento de cliente ... ..	701 734\$79
12	Depósitos à ordem ... ..	5 176 217\$95		5 176 217\$95	221 — 229	Fornecedores c/gerais... ..	12 348 875\$78
		5 799 579\$75		5 799 579\$75	226	Fornecedores, c/fact. em recepção e conf.	1 598 379\$20
	Créditos a curto prazo:				235	Empréstimos do Estado e out. entid. públ.	5 350 000\$00
211 + 216 — 218	Clientes c/gerais ... ..	73 964 927\$41	2 958 597\$10	71 006 330\$31	237	Empréstimos bancários ... ..	67 818 684\$00
229	Adiantamentos a fornecedores ... ..	1 001 343\$80		1 001 343\$80	24	Sector público estatal... ..	449 637\$60
233 + 234	Outros empréstimos concedidos ... ..	1 243 837\$60	119 361\$80	1 124 475\$80	256	Estado e outras entid. públ., c/gerais ...	4 685 693\$53
26	Outros devedores ... ..	4 372 891\$20		4 372 891\$20	263 a 269	Outros credores, c/gerais ... ..	33 002 690\$35
		80 583 500\$01	3 077 958\$90	77 505 541\$11	28	Provisões para impostos sobre lucros ...	5 402 859\$30
	Existências:						131 358 554\$55
32	Mercadorias... ..	47 676 475\$31	4 767 647\$53	42 908 827\$78		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
33	Produtos acabados e semi-acabados ...	123 924\$78	12 392\$48	111 532\$30		Capital:	
36	Matérias-primas, subsid. e de consumo...	29 431 122\$61	2 943 112\$26	26 488 010\$35	51	Financiamento básico ... ..	5 084 257\$97
		77 231 522\$70	7 723 152\$27	69 508 370\$43	52	Capital estatutário ... ..	15 000 000\$00
	Imobilizações corpóreas:						20 084 257\$97
422	Edifícios e outras construções ... ..	8 995 331\$65	2 188 588\$12	6 806 743\$53		Reservas:	
423	Equip. básicos e out. máq. e instalações.	10 266 405\$10	8 224 780\$23	2 041 624\$87	551	Reserva geral ... ..	3 934 194\$57
424	Ferramentas e utensílios ... ..	39 008\$00	29 681\$00	9 327\$00	552	Reserva para melhoramento ... ..	22 793 483\$96
425	Material de carga e transporte ... ..	13 379 584\$00	6 223 180\$80	7 156 403\$20	553	Reservas para fins sociais ... ..	3 934 194\$58
426	Equip. administ. e soc. e mob. diversos.	2 739 435\$46	1 626 475\$63	1 112 959\$83			30 661 873\$11
427	Taras e vasilhame... ..	54 000\$00	15 422\$40	38 577\$60	59	Resultados transitados:	
429	Outras imobilizações corpóreas ... ..	379 567\$00	163 265\$52	216 301\$48		Exercício de 1986 ... ..	— 3 321 806\$35
		35 853 331\$21	18 471 393\$70	17 381 937\$51	88	Resultados líquidos:	
	Imobilizações incorpóreas:					Resultados correntes do exercício ... ..	— 5 367 676\$64
433	Gastos de instalação e expansão ... ..	183 033\$00	183 033\$00			Resultados extraordinários do exercício.	2 753 150\$75
	Imobilizações em curso:					Resultados de exercícios anteriores ...	— 3 917 454\$39
441 + 442	Obras em curso ... ..	1 978 679\$10		1 978 679\$10			— 6 531 980\$28
	Custos antecipados:						
27	Despesas antecipadas ... ..	76 791\$10		76 791\$10			
	Total de provisões ... ..		10 801 111\$17			Total da situação líquida ... ..	40 892 344\$45
	Total de amortizações e reint..		18 654 426\$70			Total do pass. e da sit. líq. ...	172 250 899\$00
	Total do activo ... ..	201 706 436\$87	29 455 537\$87	172 250 899\$00			

Demonstração dos

Código das contas			Deduções em compras	
	Existências iniciais:			
32	Mercadorias ... ..		42 563 258\$89	
36	Matérias-primas, subs. e de cons. ... ..		23 349 430\$94	
			<u>65 912 689\$83</u>	
31	Compras:			
311—317—318	Mercadorias ... ..	110 345 906\$75	110 345 906\$75	
312—317—318	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo...	41 728 090\$71	41 728 090\$71	
		<u>152 073 997\$46</u>	<u>152 073 997\$46</u>	
38	Regularização de existências:			
382	Mercadorias ... ..		— 207 443\$74	
386	Matérias-primas, subs. e de cons. ... ..		598 508\$63	
			<u>391 064\$89</u>	
	Existências finais:			
32	Mercadorias ... ..		— 47 676 475\$31	
36	Matérias-primas, subs. e de cons. ... ..		— 29 431 122\$61	
			<u>— 77 107 597\$92</u>	
61	Custos das exist. vend e cons.:			
	Mercadorias ... ..	105 025 246\$59		
	Matérias-primas, subs. e de cons. ... ..	36 244 907\$67	141 270 154\$26	
63	Fornecimentos e serv. de terceiros ... ..	22 286 311\$66		
641	Impostos indirectos ... ..	1 603 203\$80	23 889 515\$46	165 159 669\$72
65	Despesas com o pessoal ... ..	15 552 189\$59		
66	Despesas financeiras ... ..	4 861 251\$50		
67	Outras despesas e encargos ... ..	107 504\$10	20 520 945\$19	
68	Amortizações e reintegrações... ..	4 010 869\$21		
69	Provisões do exercício ... ..	1 385 808\$52	5 396 677\$73	25 917 662\$92
	(A)			191 077 292\$64
82	Perdas extraordinárias do exerc. ... ..		1 949 165\$64	
83	Perdas de exercícios anteriores ... ..		10 771 666\$29	12 720 831\$93
	Resultados líquidos ... ..			— 6 531 980\$28
				197 266 144\$29

Resultados correntes do exercício: (B) - (A) = - 5 367 676\$64

resultados líquidos

Exercício de 1987

Código das contas			Deduções em vendas		
71	Vendas de mercadorias e produtos:				
711	Mercadorias ... ..	147 889 968\$44	89 888\$70	147 800 079\$74	
712	Prod. acabados e semiacabados ... ..	38 696 047\$50	796 500\$55	37 899 546\$95	
714	Embalagens comerc. retornáveis ... ..	23 100\$00		23 100\$00	
		186 609 115\$94	886 399\$25	185 722 726\$69	
72	Prestações de serviços ... ..	619 457\$00		619 457\$00	186 342 183\$69
	Variação de produtos:				
	Existências finais:				
33	Produtos acabados e semiacabados... ..	123 924\$78		123 924\$78	
38	Regularização de existências:				
383	Produtos acabados e semiacabados... ..	- 355 824\$50		- 355 324\$50	
	Existências iniciais:				
33	Produtos acabados e semiacabados... ..	- 487 815\$00		- 487 815\$00	
	Aumento/Redução dos produtos:				
	Produtos acabados e semiacabados... ..	- 719 714\$72		- 719 714\$72	
75	Receitas suplementares ... ..			87 147\$03	- 632 567\$69
	(B)				185 709 616\$00
82	Ganhos extraordinários do exerc. ... ..			4 702 316\$39	
83	Ganhos de exercícios anteriores... ..			6 854 211\$90	11 556 528\$29
					197 266 144\$29

## Demonstração dos resultados extraordinários do exercício

Exercício de 1987

Código das contas			Código das contas		
828	Outras perdas extraordinárias:		823	Utilização de provisões ...	1 128 402\$30
		1 000\$00			
8281	Perdas anormais em exist.	279 457\$11	824	Reposições e anulações de prov. ... ..	1 809 735\$42
8282	Créditos incobráveis ...	1 128 402\$30			
8284	Menos valias em imob. corpóreas e incorp. ...	1 950\$00	829	Outros ganhos extraordinários:	
8286	Diferença de câmbio desfav. ... ..	7 278\$41	8291	Ganhos anormais em exist.	573 200\$00
8288	Donativos e quot. não obrig. ... ..	164 405\$12	8296	Diferenças de câmbio favoráveis ... ..	1 086 193\$31
8289	Perdas extroard. não espec.	367 672\$70			
	Resultados extraordinários ... ..	2 753 150\$75	8299	Ganhos extroard. não especif. ... ..	104 785\$36
		4 702 316\$39			1 764 178\$67
					4 702 316\$39

## Demonstração dos resultados de exercícios anteriores

Exercício de 1987

Código das contas			Código das contas		
831	Impostos s/lucros... ..	7 729 049\$00	832	Utilização de prov. para impostos s/lucros ... ..	5 530 716\$70
838	Out. perdas imput. a exerc. ant. ...	3 042 617\$29	837	Indemnizações p/perdas de exist. ... ..	374 650\$20
	Resultados de exerc. anter. ... ..	-3 917 454\$19	839	Out. ganhos imput. a exerc. ant. ... ..	948 845\$00
		6 854 211\$90			6 854 211\$90

## Mapa de origem e de aplicação de fundos

Exercício de 1987

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
<b>Internas:</b>			<b>Redução da situação líquida:</b>		
Amortizações e reint. do exerc. ....	4 010 869\$21	(3 072 176\$69)	Result. líquidos (prejuízos) ...		6 531 980\$28
Variação das provisões ...	(7 083 045\$90)		<b>Investimentos:</b>		
<b>Desinvestimentos:</b>			<b>Aquisição de imobilizações:</b>		
Cessão de imobilizações:			Equip. básicos e outras máquinas e inst. ... ..	1 879 357\$22	
Material de carga e transport. ...		(301 950\$00)	Mat. de carga e transp. ... ..	6 320 504\$00	
			Equip. adm. e social e mob. diverso ... ..	499 806\$50	
			Imobilizações em curso. ... ..	133 000\$00	8 832 667\$72
<b>Redução dos fundos circulantes ... ..</b>		18 134 874\$69			
		15 364 648\$00			15 364 648\$00

Variações dos elementos dos fundos circulante

Exercício de 1987

Activas			Passivas		
<b>Aumentos das existências:</b>			<b>Diminuições das existências:</b>		
Mercadorias... ..	5 113 216\$42		Prod. acabados e semi-açaba- dos ... ..	363 890\$22	<b>363 890\$22</b>
Mat.-primas, subs. e de con- sumo ... ..	6 081 691\$67	11 194 908\$09	Redução de créd. a curto prazo:		
<b>Aumentos de créditos a curto prazo:</b>			Cientes, c/gerais ... ..	24 047 329\$79	
Outros devedores... ..	833 970\$70	833 970\$70	Outros emprést. concedidos ...	239 797\$70	<b>24 287 127\$49</b>
<b>Redução de débitos a curto prazo:</b>			<b>Aumento de débitos a curto prazo:</b>		
Adiantamentos de clientes ...	2 138 257\$02		Fornecedores, c/fact. em re- cep. e conferência ... ..	1 351 644\$40	
Fornecedores, c/gerais ... ..	30 546 462\$91		Empréstimos bancários... ..	5 350 000\$00	
Sector público estatal ... ..	1 189 225\$66		Emprést. do Estado e outras entidades públicas ... ..	28 416 080\$61	
Estado e out. ent. públ., c/ge- rais ... ..	1 505 920\$13		Outros credores, c/gerais ...	7 030 029\$16	<b>42 147 754\$17</b>
Credores por forn. imob., c/c.	500 000\$00	35 879 865\$72	<b>Redução de disponibilidades:</b>		
<b>Aumentos de disponibilidades:</b>			Caixa ... ..	1 612 506\$40	<b>1 612 506\$40</b>
Depósitos à ordem ... ..	2 367 659\$08	2 367 659\$08			<b>68 411 278\$28</b>
<b>Redução dos fundos circulan- tes ... ..</b>		<b>18 134 874\$69</b>			
		<b>68 411 278\$28</b>			

ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o Decreto n.º 26/87, apresentamos o desenvolvimento das rubricas de balanço e da demonstração de rubricas:

1. Com a excepção de imobilizações financeiras, os débitos e os créditos que representam relações com o estrangeiro são os seguintes:

Débitos:

Fornecedores ... .. 153 245\$57

Créditos:

Clientes ... .. 30 040 277\$19

Esta importância refere-se à exportação de bananas, feitas a Portugal, a ser transferida.

2. As compras e as vendas feitas directamente ao estrangeiro atingiram os valores de:

Compras feitas em Portugal ... ..	27 443 734\$98
Compras feitas na Holanda ... ..	11 699 704\$07
Compras feitas na Bélgica ... ..	3 374 971\$98
Compras feitas no Brasil ... ..	324 253\$15
Compras feitas na Dinamarca ... ..	251 491\$15
Compras feitas na Bélgica ... ..	3 374 971\$95
Compras feitas no Brasil ... ..	324 253\$15
Compras feitas na Dinamarca ... ..	251 491\$15
Compras feitas no Japão ... ..	243 032\$25
Compras feitas nos E. U. A. ... ..	130 599\$56
Compras feitas na França ... ..	128 761\$24
Compras feitas no Senegal ... ..	43 451\$20
	<hr/>
	43 639 989\$55

A nossa facturação ao estrangeiro atingiu o valor de 70 146 318\$21, sendo Portugal o único país que beneficiou dessa transacção comercial.

4. Neste exercício adoptam o mesmo critério ao exercício anterior. Foi considerado como custo da mercadoria, matéria-prima, subsidiária e de consumo, o valor da factura acrescida das despesas até aos armazéns.

5. Os restantes elementos patrimoniais foram valorizados ao preço de custo histórico, com a excepção dos débitos e créditos que representam relações com o exterior.

As receitas e despesas que representam relações com o exterior foram convertidas à moeda nacional ao câmbio da data dos documentos justificativos.

6. Dos créditos de cobrança duvidosa, transferimos somente dos clientes c/gerais a importância de 646 600\$30, créditos esses provenientes de fornecimentos feitos há 24 meses, com fracas hipóteses de recuperação.

7. Valor dos créditos sobre o pessoal e débitos a estes.

Empréstimos concedidos ... ..	1 238 837\$60
Remunerações a pagar ... ..	8 883\$40

8. Número médio de pessoas empregadas durante o exercício.

Volume de emprego de Jan./Dez.	729
<hr/>	<hr/>
12	12
	= 61

9. Desdobramento das despesas com o pessoal:

Remunerações dos corpos gerente ...	456 000\$00
Ordenados e salários ... ..	10 367 092\$40
Remunerações adicionais ... ..	2 134 348\$35
Encargos sobre remunerações ... ..	1 559 561\$44
Outas despesas c/pessoal ... ..	1 035 187\$40
	<hr/>
	15 552 189\$59

10. Das existências que se encontram fora da empresa, referem-se às:

Mercadorias nos armazéns ENAPOR	5 106 620\$54
Matérias — primas nos ar. ENAPOR	1 224 382\$00
	<hr/>
	6 331 074\$54

11. Método de cálculo utilizado nas amortizações e reintegrações do exercício.

As reintegrações do exercício foram calculados de acordo com a portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro.

FACTURAÇÃO — 1987

Ferramentas agrícolas ... ..	5 410 869\$00
Materiais e equip. para rega e abast. de água ... ..	11 380 091\$12

Peças sobress. e acess. para ferramentas agrícolas e materiais e equip. para abast.

água ... ..	12 017 593\$20
Pesticidas ... ..	3 386 226\$60
Medicamentos para aves e suínos ... ..	154 898\$20
Equipamentos fitossanitários ... ..	664 407\$00
Materiais de fruticultura e viveiros ... ..	1 833 944\$70
Adubos ... ..	4 498 409\$20
Sementes de sequeiro ... ..	657 391\$14
Sementes hortícolas ... ..	1 723 365\$32
Batata semente ... ..	19 628 842\$50
Bananas verdes ... ..	68 625 130\$61
Café em grão ... ..	1 702 985\$50
Côcos ... ..	77 275\$50
Diversos ... ..	16 113 125\$85
Peças sobress. e acess. para equip. fitossanitários ... ..	15 413\$00

Total das mercadorias ... .. 147 889 968\$44

Produtos acabados:

Rações para aves ... ..	15 659 325\$75
Rações para suínos ... ..	17 804 014\$25
Rações para ruminantes ... ..	2 982 653\$00
Coelhos ... ..	93 914\$00
Cavalos ... ..	91 035\$00
Rações misturadas ... ..	95 688\$00
Leite recombinado ... ..	1 276 045\$00
Yogurte ... ..	122 092\$50

Total dos produtos acabados ... .. 38 124 767\$50

Produtos semi-acabados:

Milho moído ... ..	571 280\$00
Embalagens comerciais retornáveis ... ..	23 100\$00

Devoluções de vendas:

Mercadorias ... ..	128 315\$00
Produtos acabados ... ..	49 670\$30

177 955\$30

Descontos e abatimentos em vendas:

Mercadorias ... ..	(40 248\$40)
Produtos acabados ... ..	(668 185\$55)
	<hr/>
	(708 433\$95)

Total geral das vendas ... .. 185 722 726\$69

Prestações de serviços:

Pela fábrica de rações ... ..	104 155\$50
Prestações diversas ... ..	515 301\$50

619 457\$00

Imobilizações	Valor no início do ano	MOVIMENTOS DO ANO					Valor no fim do ano
		Aquisições	Reavaliações	Transf. de obras em curso	Abates e alterações	Correcções	
<b>1. Corpóreas:</b>							
Terrenos ... ..							
Edif. e out. const. ... ..	6 661 419\$85			2 333 911\$80			8 995 331\$65
Equip. básicos ... ..	8 008 833\$48	1 879 357\$22		378 214\$40			10 266 405\$10
Ferramentas e utensílios ... ..	39 008\$00						39 008\$00
Mat. carga e transp. ... ..	7 729 080\$00	6 320 504\$00			670 000\$00		13 379 584\$00
Equip. adm. social e mob. div. ... ..	2 239 628\$96	499 806\$50					2 739 435\$46
Taras e vasilhames ... ..	54 000\$00						54 000\$00
Outras imob. corpóreas ... ..	379 567\$00						379 567\$00
Sub. total (1) ... ..	25 111 537\$29	8 699 667\$7 2		5 650 504\$00	670 000\$00	10 741 793\$92	35 853 331\$21
<b>2. Incorpóreas:</b>							
Gastos inst. e expansão ... ..	183 033\$00						183 033\$00
Sub. total (2) ... ..	183 033\$00						183 033\$00
<b>3. Imob. em curso:</b>							
Obras em curso ... ..	4 957 805\$30	133 000\$00		-2 712 126\$20		-2 579 126\$20	1 978 679\$10
<b>Imob. c/adiantamentos:</b>							
Sub. total (3) ... ..	4 957 805\$30	133 000\$00		-2 712 126\$20		-2 579 126\$20	1 978 679\$10
Total parcial ... ..	29 852 375\$59	8 832 667\$52			670 000\$00	8 162 667\$72	38 015 043\$31
<b>4. Custos pluriennais:</b>							
Total geral ... ..	62 401\$82					67 401\$82	
(1+2+3+4)	29 914 777\$41	8 832 667\$52			670 000\$00	67 401\$82	38 015 043\$31

Imobilizações	Valor no início do ano						Total	Valor no fim do ano
		Amortização do exercício	Reavaliações	Abates e alterações	Correcções p/exerc-ant.			
<b>1. Corpóreas:</b>								
Terrenos... ..	-							
Edif. e outras constr. ... ..	1 825 045\$33	363 542\$79				363 542\$79	2 188 588\$12	
Equip. básicos ... ..	7 664 265\$74	560 514\$49				560 514\$49	8 224 780\$23	
Ferramentas e utensílios ... ..	20 804\$00	8 877\$00				8 877\$00	29 681\$00	
Material de carga e transporte ... ..	3 969 764\$00	2 621 466\$80		368 050\$00		2 253 416\$80	6 223 180\$80	
Equip. adm. social e mob. div. ....	1 326 983\$50	299 492\$13				299 492\$13	1 626 475\$63	
Taras e vasilhames ... ..	7 711\$20	7 711\$20				7 711\$20	15 422 40	
Outras imob. corpóreas ... ..	130 757\$74	32 507\$78				32 507\$78	163 265\$52	
Subtotal (1) ... ..	14 945 331\$51	3 804 112\$19				3 526 062\$19	18 471 393\$70	
<b>2. Incorpóreas:</b>								
Gastos inst. e expansão ... ..	128 677\$80	54 355\$20		368 050\$00		54 355\$20	183 033\$00	
Subtotal (2) ... ..	128 677\$80	54 355\$20				54 355\$20	183 033\$00	
<b>Total (1+2) ... ..</b>	<b>15 074 009\$31</b>	<b>3 948 467\$39</b>		<b>368 050\$00</b>		<b>3 580 417\$39</b>	<b>18 654 426\$70</b>	

NOTA 19

Movimento das contas de situação líquida

Ano de 1987

Contas	Saldo inicial	Movimento do exercício		Saldo final
		A débito	A crédito	
51 — Financiamento básico ... ..	5 084 257\$97			5 084 257\$97
52 — Capital social/estatutário ... ..	15 000 000\$00			15 000 000\$00
53 — Prestações suplementares ... ..				
54 — Capital individual ... ..				
55 — Reservas legais e estatutários ... ..	29 669 566\$97		992 306\$14	30 661 873\$11
56 — Reservas especiais ... ..				
57 — Reservas de reavaliação ... ..				
58 — Reservas livres ... ..				
59 — Resultados transitados... ..	992 306\$14	4 314 112\$49		-3 321 806\$35
88 — Resultados líquidos ... ..	-3 321 806\$35	6 531 980\$28	3 321 806\$35	-6 531 980\$28
<b>Total ... ..</b>	<b>47 424 324\$73</b>	<b>10 846 092\$77</b>	<b>4 314 112\$49</b>	<b>40 892 344\$45</b>

NOTA 20

Movimento das contas de provisões

Ano de 1987

Contas	Saldo inicial	Movimento do exercício		Reposição e anulação	Saldo final
		Constituição ou reforço	Utilização		
28 — Provisões p/impostos s/lucros... ..	10 933 576\$00		5 530 616\$70		5 402 859\$30
291 — Provisões p/cobranças duvidosas ... ..	5 685 558\$10		9 443 853\$30	1 783 102\$70	2 958 597\$18
292 — Provisões p/out. riscos e encargos ... ..	200 587\$80	103 318\$00	184 544\$00		119 361\$80
391 — Provisões p/mercadorias ... ..	4 269 325\$00	498 322\$53			4 767 647\$53
392 — Provisões p/produtos acabados ... ..	39 025\$20			26 632\$72	12 392\$48
306 — Provisões p/mat.-primas, subs. cons. ... ..	2 158 944\$27	784 167\$99			2 943 112\$26
394 — Provisões p/outras existências ... ..					
49 — Provisões p/imob. financeiras ... ..					
<b>Total ... ..</b>	<b>23 287 016\$37</b>	<b>1 385 808\$52</b>		<b>1 809 753\$42</b>	<b>16 203 970\$47</b>

NOTA 21

Resultados líquidos nos últimos cinco anos

Ano de 1987

Discriminação	Resultados líquidos ant. impostos	Provisão para imposto s/lucros	Imposto sobre lucros liquidados	Resultados líquidos antes de imposto
Do exercício de 1983 ... ..	12 529 600\$65		3 436 598\$20	12 529 600\$65
Do exercício de 1984 ... ..	15 618 978\$43		5 233 555\$80	15 618 978\$43
Do exercício de 1985 ... ..	6 523 022\$84	5 530 716\$70	7 729 049\$00	992 306\$14
Do exercício de 1986 ... ..	2 081 052\$95	5 402 859\$30		-3 321 806\$36
Do exercício de 1987 ... ..	-6 531 980\$28			-6 531 980\$28
<b>Total ... ..</b>	<b>30 220 674\$59</b>	<b>10 933 576\$00</b>	<b>16 399 203\$00</b>	<b>19 287 098\$59</b>

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO

2. Aos resultados líquidos depois de impostos é dada a seguinte aplicação:

Gabinete do Ministro

Reserva Geral... ..	1 500 000\$00
Reserva p/investimentos ... ..	3 000 000\$00
Reserva para fins sociais ... ..	1 500 000\$00
Tesouro ... ..	7 197 494\$00

DESPACHO

13 197 494\$00

Ao abrigo do disposto nas Bases Gerais das Empresas

Ouvindo o Ministro Adjunto do Ministro das Finanças;

3. Sejam publicados no *Boletim Oficial*, o Relatório, as Contas e este despacho.

1. Aprovo o Relatório e as Contas da ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E.P. referentes ao exercício de 1988;

Praia 24 de Julho de 1989. — O Ministro *Oswaldo Lopes da Silva*.

## BALANÇO DO PROGRAMA DE ACTIVIDADES/88

Foi apresentado em 25 de Janeiro de 1988 o seguinte programa de actividades para o ano de 1988.

## Dominio: Petroleos

1. Estabelecer Relações Comerciais com as Empresas Estatais da Venezuela e México.

A Enacol não efectuou qualquer contacto com as empresas acima mencionadas, mas apresentou esta ideia ao Ministro de Tutela, para um contacto prévio com os Governos desses países.

Supomos que a programada visita no próximo mês de Março do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo aos países da América Latina, irá dar início ao relacionamento comercial a nível das empresas nacionais de petróleo — PEMEX, PETROVEN e ENACOL.

2. Início da fase 0 do «Entrepósito de Produtos de Petróleo».

Construção de infra-estruturas, em S. Vicente, para carga e descarga de gasóleo e, no Sal, de armazenagem.

Foi encomendado, a uma empresa de engenharia, um Caderno de Encargos do Projecto de Seline e Pipeline de S. Vicente. Este projecto enquadra-se no projecto «Entrepósito» da ENACOL e vem de encontro com o programa do Governo para 1986-1990.

A ENACOL é possuidora neste momento do Caderno de Encargos acima mencionado, além dos Estudos do Mercado de Viabilidade Técnica, Económica e do Estudo de Riscos do Petróleo «Entrepósito de Produtos de Petróleo».

Quanto ao aumento da capacidade de armazenagem de Jet A-1 na ilha do Sal, face a evolução da situação político-militar em Angola, revelou-se prudente adiar este projecto.

Em substituição, projectou-se a construção de mais dois tanques de 6 000 m<sup>3</sup> em S. Vicente, para gasóleo, face ao contrato de armazenagem deste produto, assinado com a firma Suíça — ADDAX — que comercializa produtos de petróleo, para os países africanos da Costa Ocidental.

Este projecto consta no programa da ENACOL para 1989, assim como o projecto do Sealine, Pipeline de S. Vicente.

3. Continuação das negociações com as Empresas Estatais de petróleo de Angola, Portugal e URSS.

Com Angola, durante a Comissão Mista Angola — Cabo Verde realizada em S. Vicente, ficou acordado o estreitamento das relações entre a SONANGOL e a ENACOL. Não foi possível, em 1988, concretizar um contrato anual de compra de petróleo bruto angolano por parte de Cabo Verde, cerca de 500 000 Ton./ano o que possibilitaria o relacionamento comercial constante entre os dois países.

Com a Petrolgal foi assinado um contrato de abastecimento (compra), de Jet A-1 para o ano de 1988, contrato esse que foi renovado para o corrente ano de 1989. Com essa empresa a ENACOL tem analisado um possível acordo de comercialização dos seus produtos na costa ocidental africana.

Com a URSS, estabeleceu-se contactos com as empresas encarregadas de abastecimento em produtos de petróleo a frota soviética que opera a sul de Cabo Verde.

Não foi possível assinar nenhum acordo no domínio marítimo, mas foi renovado o contrato de abastecimento aos aviões da AEROFLOT por um período de três anos, a contar de 1988, no Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral» do Sal.

4. Construção de instalações de armazenagem de gasóleo em Tarrafal de S. Nicolau e possivelmente no Maio.

Em 1988, completou-se as instalações de armazenagem de gasóleo em S. Tiago — Praia e na Palmeira — ilha do Sal.

O projecto do Tarrafal foi transferido para o corrente ano de 1989.

O projecto do Maio foi congelado, pois estava associado aos projectos industriais para essa ilha.

5. Desenvolvimento da utilização do gás butano no meio rural.

Mais de metade do Gás Butano consumido em Cabo Verde é processado em garrafas de 3 kgs. Este facto veio revelar que existe uma transferência do consumo da lenha e do petróleo iluminante para o Gás Butano.

A ENACOL iniciou em 1988, e vai continuar em 1989, uma campanha de comercialização de Gás Butano em garrafas de 3 krs., principalmente nas ilhas de S. Tiago e Santo Antão.

6. Continuação do projecto «PETRONAVE».

Deu-se continuidade a operação de fretamento dum N/T de 6 200 toneladas.

No período de Agosto de 87 a Agosto de 88 o resultado foi positivo e no corrente mês de Fevereiro, termina o terceiro semestre, também com resultado positivo.

Face a estes dados e com autorização do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo, a ENACOL esta a implantar a constituição da Sociedade «PETRONAVE» apenas com capitais nacionais.

7. Início da construção da Sede ENACOL em S. Vicente.

Foi encomendado a GAPRO em Caderno de Encargos para realização do Concurso de Arquitectura em 1989, Este projecto foi adiado para 1990.

## AVALIAÇÃO FINAL

A assinatura dum contrato para um período de três anos com a AEROFLOT, a assinatura dum contrato de armazenagem de gasóleo em S. Vicente com a ADDAX e a assinatura de um contrato de «Joint-Venture» com a SACOR MARÍTIMA para a exploração do petróleo de 6 200 Ton., foram as acções comerciais de maior relevância em 1988 e enquadram-se no Programa do Governo 1986-1990 no sentido de aproveitar a situação estratégica de Cabo Verde.

Para além dos contactos oficiais e comerciais com Angola e Portugal, queremos salientar a visita a Cabo Verde e mais precisamente a ENACOL de S. E. o Presidente da Nigéria e o início do relacionamento comercial e de cooperação com este país.

O Director-Geral da ENACOL, também acompanhou o Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo numa visita oficial a Guiné-Conakry, que abriu novas perspectivas de cooperação com este país no domínio de petróleo.

Esteve em Cabo Verde, a convite da ENACOL, uma delegação da Guiné-Bissau, constituída pelo Director-Geral da Energia e o Director-Geral da DICOL, foi então assinado um acordo de cooperação comercial que está a ter alguma dificuldade na sua concretização.

Queremos por último salientar os contactos técnico-comerciais tidos durante o ano de 1988 com KFW e a THYSEN no sentido da realização da segunda fase do projecto «Estação de Armazenagem e Enchimento de Gás Butano» — Praia — S. Tiago.

A cooperação caboverdeana ficou de solicitar um reforço de 1 500 000 DM de modo a podermos realizar este Projecto no corrente ano.

ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E. P., em Mindelo, 15 de Fevereiro de 1989. — O Director-Geral, Rui Spencer Lopes dos Santos.

## EXERCÍCIO FINANCEIRO

1988

Os indicadores de gestão deste exercício não demonstram grandes em relação ao ano anterior, tendo em conta algumas medidas relacionadas com o estudo de saneamento e financiamento que tem vindo a ser aceites paulatinamente.

Passamos a inventar as medidas de saneamento, implementadas até ao momento:

Aumento de Capital Estatutário

Reescalonamento da dívida junto do BCV

Retenção dos resultados durante o período de saneamento (Tesouro)

Moderação dos Investimentos

Manutenção do stock médio.

Das propostas inseridas no referido estudo (melhoria das condições de financiamento do BCV), durante o ano de 1988 o Banco adoptou a política de reduzir a participação para 55% das compras de produto a granel previstas no programa de aprovisionamento, alegando a conversão da dívidas de longo e médio prazo.

Essa decisão fez com que a empresa deixasse de criar meios necessários a correcção da sua estrutura financeira mas, apesar disso, a ENACOL tentou cumprir com os compromissos junto do BCV durante o ano de 1988.

Relembramos que o BCV financiava 75% das compras, passando depois para 60%. Entretanto, com o reescalonamento da dívida de curto prazo para médio e longo prazo (300 000 e 50 000 contos) pagamos durante o ano jurós num total de 23 825 contos.

No que concerne a liquidação da dívida da ELECTRA, dívida essa que tem provocado uma distorção na situação financeira da ENACOL, encontra-se ainda por regularizar sendo a 31 de Dezembro de 1988 de 94 455 contos. Realçamos que o consumo de FUEL OIL, pela ELECTRA, durante o ano de 1988 foi de 26 513 136\$10.

O saldo da conta de clintes aumentou em relação ao ano anterior devido, essencialmente, aos pagamentos do nosso cliente potencial «Aviação Cubana» que por razões várias não tem conseguido liquidar no prazo estabelecido (10 dias) estando portanto com um período de diferimento de 45 dias. O saldo em dívida a 31 de Dezembro de 1988 do referido cliente era de 132 438 contos, sendo a ELECTRA o segundo cliente com maior saldo em dívida (94 455 contos), seguido da TAAG cujo saldo era de 55 842 contos.

Em relação as despesas de funcionamento, estas tem acompanhado a evolução da empresa, cuja actividade está directamente ligada ao crescimento do volume de negócios. Os serviços e fornecimentos de terceiros evoluíram de 221 968 contos para 320 309 contos, incluindo as despesas de utilização de infraestruturas a SHELL (armazenagem e abastecimento) que aumentaram de 65 698 em 1987 para 102 358 contos em 1988. Tendo em conta os custos referentes a experiência do projecto PETRONAVE, cujo contrato em vigor a partir de Fevereiro de 1988 em que a ENACOL participa com 55% e a SACOR com 45%, passamos a descrever as rubricas afectadas cuja evolução das despesas e a seguinte: (em contos).

	1987	1988
Combustíveis e outros fluidos ...	9 693	10 709
Rendas e alugueres ... ..	40 580	72 618
Comissões a intermediários ... ..	2 572	5 514
Despesas portuárias ... ..	10 683	17 626

As despesas com pessoal tiveram um aumento de cerca de 4 000 contos, devido essencialmente a promoções e enquadramentos, bem como ao reajusto dos vencimentos do pessoal afecto a frota marítima da ENACOL. Em 1987 o número de pessoal era de 114 passando para 137 em 1988. As ajudas de custo baixaram 62% em relação ao ano anterior, a medida em que as deslocações em serviço foram reduzidas.

Houve um pequeno aumento nas despesas financeiras, mais concretamente no que se refere a juros de empréstimo bancário a médio e longo prazo. Em relação a juros de financiamento para aquisição de produtos a granel, houve uma baixa de 64% em relação ao ano anterior, tendo em conta o percentual financiamento pelo BCV, durante o ano de 1988.

O montante investido em imobilizações foi de 102 653 contos, cujos valores consideráveis incluem 3 depósitos de 500 m3 e o pipe-line sendo 2 na Praia e no Sal, camiões para colocação de produtos, 22 033 garrafas de 3 kg e 14 533 garrafas de 12,5 kg para gás butano.

As existências a 31 de Dezembro de 1988 apresentam um montante de 274 015 contos, sendo o seguinte, em quantidade, correspondente a produtos a granel:

Gasóleo ... ..	780 688 ton.	7 064 957\$00
Fuel Oil ... ..	3 035 249 ton.	21 616 475\$80
JET A1 ... ..	8 183 245 ton.	113 275 237\$20

Para além da quantidade em existência ser inferior ao ano anterior, verificou-se uma desvalorização do custo unitário do stock em 31 de Dezembro de 1988 em relação a 31 de Dezembro de 1987. De referir que a valorização é feita pelo método do custo médio ponderado para a contabilização dos produtos.

O valor das compras diminuiu de 1 053 393 contos para 849 588 contos, apesar das quantidades terem sofrido uma ligeira alteração como a seguir se indica:

Produtos a granel (ton.)	1987	1988
JET A1... ..	38.803,220	44.581,636
Gasóleo... ..	16.201,806	10.718,144
Fuel Oil... ..	24.641,420	4.950,192
Gás butano ... ..	4.283,990	4.519,091
	83.930,436	64.769,063

Realçamos que os produtos importados a granel correspondem a USD 9.657.620,37, incluindo o gás butano com importação conjunta SHELL/ENACOL no valor de USD 545.296,03 e que o montante reexportado em divisas foi de USD 12.515.856,37 concernente ao Mercado de Bancas e Aviação.

Em relação ao ano anterior, o acréscimo do volume das vendas foi de 8% ou seja de 70.461,20 ton. em 1987 para

75.787,23 ton. em 1988 tendo sido colectados pelo diferencial de combustível de 69 776 e 74 424 contos em 87 e 88 respectivamente.

No Mercado da Aviação Internacional o aumento em quantidade foi de 14.678,696 ton. ou seja de 33.158,4 ton, em 87 contra 47.839,096 ton. em 88. De referir que o nosso cliente «AEROFLOT» operou durante o ano de 1987 somente a partir do mês de Agosto, enquanto que o aumento verificado referente ao mesmo cliente diz respeito a um ano de consumo.

Houve uma baixa substancial na quantidade vendida no Mercado de Bancas Internacionais que, com a variação do dólar entre 65\$38 mínimo e 77\$03 máximo, houve uma diferença cambial desfavorável em cerca de 1 000 contos no referido mercado.

As bancas marítimas nacionais quase atingiram a mesma quantidade vendida em 1987 ou seja, em 1988 realizou-se 1.946.480 ton. enquanto que durante o ano anterior foi de 2.068.800 ton. nesse mesmo mercado.

Em relação ao mercado interno a baixa foi de 12% (18.958,2 em 87 e 16.936,1 em 88, verificando-se uma grande baixa de consumo de Fuel Oil nesse mercado, de 7.061.5 ton, para 2.341.08 ton.

De referir que os encargos de estrutura do mercado interno tem sido cobertos pelos resultados de exploração dos outros mercados nomeadamente o de aviação.

Gostariamos ainda de referir as despesas de colocação do nosso produto nas diversas ilhas realçando os fretes rodoviários como a seguir se indica:

S. Vicente ... ..	1 140 926\$50
Santiago... ..	2 179 425\$70
Sal ... ..	1 561 758\$70
Santo Antão ... ..	327 629\$10
S. Nicolau ... ..	222 077\$00
Boavista... ..	65 129\$50
Maio ... ..	27.122\$00
Fogo ... ..	434 748\$50
Brava ... ..	223 523\$00
Gastos gerais ... ..	700 433\$00

7 382 733\$00

Em anexo apresentamos o mapa comparativo das vendas no mercado interno com e sem diferencial realçando a margem bruta por produto.

Assim, a margem de comercialização de 213 520 contos reduz-se para 137 787 contos incluindo os diferenciais de combustível nas vendas efectuadas no mercado interno.

Durante o ano de 1988, as vendas brutas totalizaram 1 416 502\$30. De referir que o preço unitário de venda de gasóleo despachado, petróleo e gasolina tiveram uma baixa a partir de 29 de Agosto de 1988.

No que concerne a prestação de serviços, as receitas de armazenagem aumentaram tanto nas nossas instalações em Palmeira, devido a taxa aplicada para o abastecimento de JET A1 a AEREFLOT, como nas nossas instalações em S. Vicente, com o contrato de armazenagem de gasóleo da ADDAX.

O valor acrescentado bruto diminuiu de 227 652 para 197 614 ou seja, o valor incorporado nos serviços durante o ano de 1988 foi de 197 614 contos.

Sendo o capital circulante superior ao exigível a curto prazo, demonstra que a empresa apresenta liquidez com um fundo de maneio bruto de 114 180 contos ou seja, permite o cumprimento dos compromissos assumidos.

O prazo médio de cobrança de clientes que em 87 era de 3,6 meses manteve-se no ano de 1988, mas de referir que, da conta clientes num total de 494 341 contos incluiu 3 clientes atrás referidos: CUBANA, TAAG e ELECTRA, no montante de 282 735 correspondente a 58% do saldo total.

Em relação ao prazo médio de pagamento, na estrutura actual apresenta em 3,5 meses, enquanto que em 1987 era de 2,5 meses.

Tem sido política da empresa manter um stock mínimo de segurança de 3 meses. Assim, a duração média das existências passou de 5 meses em 1987 para 3 meses em 1988.

Com um volume de emprego médio de 114 em 1987 para 338 contos, enquanto que a produtividade na mesma óptica diminuiu de 1 996 para 1 442.

Os resultados líquidos depois do imposto apresentam em 13 197 contos resultados dos ganhos extraordinários e de exercício anteriores.

Código das contas	Activo	Activo bruto	Provisões amortizações e reintegração	Activo líquido	Código das contas	Passivo	Passivo situação líquida
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa	27 815 250\$20		27 815 250\$20			
12	Depósitos à ordem	61 594 604\$61		61 594 604\$61			
		89 409 854\$81		89 409 854\$81			
	Créditos a curto prazo:						
211 + 216	Clientes c/gerais	494 341 859\$37	27 803 600\$00	466 538 259\$37	211	Clientes c/c	6 945 774 \$29
221	Fornecedores c/c	664 227\$30		664 227\$30	219	Adiantamento de clientes	55 879 278\$60
23	Empréstimos concedidos	3 754 277\$10		3 754 227\$10	22	Fornecedores c/gerais	249 965 764\$05
24	Sector público estatal	2 458 194\$40		2 458 194\$40	235	Empréstimos bancários	257 297 154\$70
26	Outros devedores	202 241 825\$40		202 241 825\$40	237	Empréstimos estado e out. entid. públicas	10 450 410\$00
		703 460 383\$57	27 803 600\$00	675 656 783\$57	24	Sector público estatal	92 063 592\$85
					256	Estado e out. entid. públicas c/gerais	104 502 739\$97
					26	Outros credores	119 361 538\$40
					28	Provisões para impostos sobre lucros	7 106 343\$10
	Existências:						903 572 645\$96
32	Mercadorias	213 347 596\$45	21 328 916\$80	192 018 679\$65	235	Empréstimos bancários	272 541 724\$60
36	Matérias primas sub. e consumo	56 638 245\$65		56 638 245\$65	237	Empréstimos do estado e out. entid. públicas	73 152 899\$00
37	Embalagens comerciais retornáveis	4 029 674\$50		4 029 674\$50			345 694 623\$60
		274 015 516\$60	21 326 916\$80	252 686 599\$80		Total do passivo	1 249 627 269\$56
	Crédito a médio e longo prazo:					Situação líquida:	
23	Empréstimos concedidos	12 185 860\$60		12 185 860\$60		Capital e prestações suplementares:	
		12 185 860\$60		12 185 860\$60	52	Capital estatutário	250 000 000\$00
	Imobilizações financeiras:					Reservas:	
411	Participações de capital em associados	10 500 000\$00		10 500 000\$00	551	Reserva geral	5 400 619\$17
412	Participação de capital noutras empresas	40 000\$00		40 000\$00	552	Reservas para investimentos	35 000 000\$00
		10 540 000\$00		10 540 000\$00	553	Reservas para fins sociais:	18 000 000\$00
	Imobilizações corpóreas:						58 400 619\$17
421	Terrenos e recursos naturais	1 465 705\$00		1 465 705\$00	68	Resultados líquidos:	
422	Edifícios e outras construções	98 306 320\$81	16 306 997\$49	81 999 323\$32		Resultados correntes do exercício	(1 404 864\$56)
423	Equipamentos básicos e out. máq. instalações	336 994 282\$85	148 193 447\$96	188 800 834\$89		Resultados extraordinários do exercício	9 380 308\$75
424	Ferramentas e utensílios	1 426 854\$90	1 086 238\$94	340 615\$96		Resultados exercícios anteriores	12 327 918\$30
						Resultados líquidos antes dos impostos	20 303 837\$49

425	Material de carga e transporte	45 201 764\$50	27 753 894\$96	17 447 869\$54	Provisões para impostos sobre lucros	(7 106 343\$10)
426	Equipamento admin. social e mobil. diversos	18 266 451\$70	9 066 566\$75	9 199 834\$95		
427	Taras e vasilhames	73 516 829\$70	36 486 688\$00	37 030 141\$70	Resultados líquidos depois impostos	13 197 494\$39
429	Outras imobilizações corpóreas	1 040 291\$00	312 087\$30	728 203\$70		
		<u>576 218 500\$46</u>	<u>239 205 921\$40</u>	<u>337 012 579\$06</u>	Total da situação líquida	<u>321 598 113\$56</u>
441 + 442	Imobilizações em curso:					
	Custos antecipados:	<u>173 216 467\$50</u>		<u>173 216 467\$50</u>		
	Despesas antecipadas	16 178 056\$40		16 178 056\$40		
	Conservação plurienal	3 927 889\$12		3 927 889\$12		
	Outros custos plurienais	51 292\$26		51 292\$26		
		<u>20 157 237\$78</u>		<u>20 157 237\$78</u>		
	Total das provisões		<u>49 132 516\$80</u>			
	Total amortizações e reintegrações		<u>239 205 921\$40</u>			
	Total do activo	<u>1 859 203 821\$32</u>	<u>288 338 438\$20</u>	<u>1 570 865 383\$12</u>	Total de passivo + situação líquida	<u>1 570 865 383\$12</u>

A Directora Financeira, *Alice Silva Monteiro*.

A Chefe de Contabilidade, *Joanina Dias Brites*.

## Demonstração dos

Código da Conta				
	<b>Existências iniciais:</b>			
32	Mercadorias		347 666 686\$55	
36	Matérias primas subsid. e de consumo		49 563 078\$03	
			<u>397 229 764\$60</u>	
61	<b>Compras</b>			
611	Mercadorias	814 165 095\$60	814 165 095\$60	
612	Matérias primas subsid. e de consumo	25 002 439\$70	25 002 439\$70	
615	Embalagens comerciais retornáveis	10 431 410\$00	10 431 410\$00	
		<u>849 598 945\$30</u>	<u>849 598 945\$30</u>	
38	Regularização de existencia			
382	Mercadorias		(6 120\$00)	
	<b>Existências finais:</b>			
32	Mercadorias		(213 347 596\$45)	
36	Matérias primas subsid. e de consumo		(56 638 245\$65)	
37	Embalagens comerciais retornáveis		(4 029 674\$50)	
			<u>(274 015 516\$60)</u>	
61	<b>Custos das existências vendidas e consumidas:</b>			
611	Mercadorias	948 478 065\$70		
612	Matérias primas subsid. e de consumo	17 927 272\$10		
613	Embalagens comerciais retornáveis	6 401 735\$50	972 807 073\$30	
63	Fornecimentos e serviços de terceiros	320 309 506\$60		
641	Impostos indirectos	42 489 809\$20	362 799 315\$80	1 335 606 389\$10
65	Despesas com o pessoal	53 262 517\$50		
66	Despesas financeiras	89 082 124\$30		
67	Outras despesas e encargos	3 130 932\$90	145 475 624\$70	
68	Amortizações e reintegrações do exercício	53 545 459\$55	53 545 459\$55	199 021 084\$25
69				<u>1 534 627 473\$35</u>
	<b>(A)</b>			
82	Perdas extraordinárias do exercício		4 325 708\$40	
83	Perdas de exercícios anteriores:		18 298 231\$00	22 623 939\$40
	Provisões para impostos sobre lucros			7 106 343\$10
	Resultados líquidos			13 197 494\$39
				<u>1 577 555 250\$24</u>

Resultados Correntes dos Exercícios (B) - (A) = 1 404 884\$56

A directora financeira, *Alice Silva Monteiro* — A chefe da secção de contabilidade, *Joanina Dias Brites*.

resultados líquidos

Em 31 de Dezembro de 1958

Código da Conta			Deduções em vendas		
71	Vendas de mercadorias e produtos:				
712	Mercadorias e produtos	1 410 194 652\$00	95 100 856\$60	1 315 093 795\$40	
213	Matérias primas sub. cons:	6 307 584\$30	1 793 171\$20	4 514 413\$10	
		<u>1 416 502 236\$30</u>	<u>96 894 027\$80</u>	<u>1 319 608 208\$50</u>	
72	Prestações de serviços	204 596 889\$00		204 596 889\$00	1 524 205 097\$50
73	Trabalhos para a própria Empresa				5 387 855\$30
74	Subsídios destinados à exploração	1 502 903\$09			
75	Receitas suplementares	2 126 732\$90		3 629 635\$99	3 629 635\$99
	(B)				<u>1 533 222 588\$79</u>
82	Gastos extraordinários do exercício			13 706 512\$15	
83	Ganhos de exercícios anteriores			30 626 149\$30	44 332 661\$45
					<u>1 577 555 250\$24</u>

**ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO  
DE RESULTADOS**

1. Valores globais dos débitos e créditos que representam relações com o estrangeiro:

Débitos: 222 073 contos.

Créditos: 245 682 contos.

2. Valores globais das compras e das vendas feitas directamente ao estrangeiro:

Compras ao estrangeiro (em contos):

	Portugal	Outros países
Para existências:...	423 717	261 264
Para imobilizado: ...	7 466	48 645
	<u>431 183</u>	<u>309 909</u>

Vendas ao estrangeiro (em contos):

Bancas interacionais:...	94 326
Mercado de aviação: ...	816 210
	<u>910 536</u>

4. Anualmente as existências são determinadas com base em inventariação física efectuada c/ referência a 31 de Dezembro:

Os critérios valorimétricos das existências adoptadas consistentemente ao longo dos exercícios são os seguintes:

Produtos: custo unitário médio ponderado.

Materiais: custo de aquisição.

5. Os restantes elementos patrimoniais são registados ao custo histórico.

Os débitos e créditos expressos em moeda estrangeira são registados em função do câmbio à data de cada operação.

6. Valor dos créditos de cobrança duvidosa (em contos):

211 — Clientes	1 656
213 — Agentes	6 026
	<u>7 682</u>

7. Valor dos créditos sobre o pessoal (em contos):

23.3 —	3 754
23.3 —	12 186
	<u>15 940</u>

8. Número médio de pessoas empregadas durante o exercício:

137 — Elementos.

9. Desdobramento das despesas com o pessoal (em contos):

Remunerações dos corpos gerentes:	720
Ordenados e salários ...	29 353
Remunerações adicionais ...	15 174
Encargos sobre remunerações ...	6 518
Outras despesas com pessoal ...	1 497
	<u>53 262</u>

10. Valores globais das existências que se encontram fora da empresa (em contos):

Produtos em trânsito...	771
Produtos à guarda de terceiros ...	16 528
Materiais em poder de terceiros ...	331
	<u>17 630</u>

11. No cálculo das amortizações e reintegrações do exercício foram utilizados as taxas da tabela de acordo com a Portaria n.º 3/84.

As reintegrações do activo imobilizado corpóreo são contabilizados pelo método indirecto.

As reintegrações dos custos plurienais são contabilizados pelo método directo.

16. Desagregação das vendas de bens e serviços (em contos):

Vendas de produtos ...	1 315 093
Vendas de matérias primas ...	4 514
Prestação de serviços...	204 597

Mapa de variação do imobilizado

NOTA 17

Ano de 1988

Imobilizações	Valor no início do ano	Movimentos no ano					Valor no fim do ano
		Aquisições	Transferido de obras em curso	Abates e alterações	Correcções	Total	
<b>1. Corpóreas</b>							
Terrenos	865 705\$00	600 000\$00				600 000\$00	1 465 705\$00
Edifícios e outras construções	92 873 148\$96					5 433 171\$85	98 306 320\$81
Equipamentos básicos	332 884 846\$45	788 760\$50	5 433 171\$85			4 109 436\$40	336 994 282\$85
Ferramentas e utensílios	1 159 726\$20	267 128\$70	3 320 675\$50			267 128\$70	1 426 854\$90
Material de carga e transportes	31 955 474\$60	1 960 300\$00	11 285 989\$90			13 246 289\$90	45 201 764\$50
Equip. adm. social e mob. div.	13 329 115\$00	4 559 731\$70	377 605\$00			4 937 336\$70	18 266 451\$70
Taras e vasilhames	73 552 117\$50					(35 287\$80)	73 516 829\$70
Outras imob. corpóreas	1 040 291\$00			35 287\$80			1 040 291\$00
Sub total	547 660 424\$71	8 175 920\$90	20 417 442\$65	35 287\$80		28 558 075\$75	576 218 500\$46
<b>2. Incorpóreas</b>							
Sub Total (2)							
<b>3. Imob. em curso</b>							
Obras em curso	99 121 718\$95	94 512 191\$30	(20 417 442\$65)			74 094 748\$65	173 216 467\$50
Sub Total (3)	99 121 718\$95	94 512 191\$30	(20 417 442\$65)			74 094 748\$65	173 216 467\$50
Total parcial	646 782 143\$56						
Custos plurienais	7 048 513\$25	3 005 858\$00			6 075 189\$87	(3 069 331\$87)	3 979 181\$38
Total geral	653 830 656\$81	105 693 970\$20		35 287\$80	6 075 189\$87	99 583 492\$53	753 414 149\$34

Mapa de variação das amortizações acumuladas

Ano de 1988

NOTA 18

Movimentos no ano

Imobilizações	Valor no início do ano	Movimentos no ano					Valor no fim do ano
		Amortizações do exercício	Reavaliações	Abates e alterações	Correcções por exer. anteriores	Total	
<b>1. Corpóreas:</b>							
Terrenos							
Edifícios e outras construções	12 630 281\$80	3 676 715\$69				3 676 715\$69	16 306 997\$49
Equipamentos básicos	121 669 531\$61	26 523 916\$35				26 523 916\$35	148 193 447\$96
Ferramentas e utensílios	948 519\$10	137 719\$34				137 719\$84	1 086 238\$94
Material de carga e transporte	20 814 883\$36	6 939 011\$60				6 939 011\$60	27 753 894\$96
Equip. adm. social e mob. diversos	6 329 372\$68	2 737 194\$07				2 737 194\$07	9 066 566\$75
Taras e vasilhames	29 145 555\$97	7 351 683\$03		10 551\$00		7 341 132\$03	36 486 688\$00
Outras imob. corpóreas	208 058\$20	104 029\$10				104 029\$10	312 087\$30
Sub Total	191 746 202\$72	47 470 269\$68		10 551\$00		47 459 718\$68	239 205 921\$40
<b>2. Incorpóreas</b>							
Sub Total (2)							
Total (1+2)	191 746 202\$72	47 470 269\$68		10 551\$00		47 459 718\$68	239 205 921\$40

NOTA 19

## Movimento das contas de situação

Ano de 1988

	Saldo inicial	Movimento na exercício		Saldo final
		A débito	A crédito	
55 — Reservas legais e estatutárias	47 400 619\$17		11 000 000\$00	58 400 619\$17
88 — Resultados líquidos	23 595 256\$56	23 595 256\$56	13 197 494\$39	13 197 494\$39
Total ... ..	70 995 875\$73	23 595 256\$56	24 197 494\$39	71 598 113\$58

NOTA 20

## Movimento das contas de provisões

Ano de 1988

Contas	Saldo inicial	Movimento na exercício			Saldo final
		Constituição ou reforço	Utilização	Reposição e anulação	
28 — Provisões p/imposto s/lucros	12 705 138\$20	7 106 343\$10	12 705 138\$20		7 106 343\$10
291 — Provisões p/cobrança duvidosos	27 803 600\$00				27 803 600\$00
392 — Provisões p/mercadorias	21 328 916\$80				21 328 916\$80
Total ... ..	61 837 655\$00		12 705 138\$20		56 238 859\$90

## Distribuição de resultados no exercício

Ano de 1988

NOTA 21

Discriminação	Resultados	
	A distribuir	Distribuídos
Valor para distribuição:		
Resultado líquido do exercício precedente .....	23 595 256\$56	
Resultados transitados .....		
Total .....	23 595 256\$56	
Distribuição:		
Reservas legais e estatutários .....		11 000 000\$00
Tesouro .....		12 595 256\$56
Total ... ..		23 595 256\$56

NOTA 22

## Resultados líquidos nos últimos cinco anos

Ano de 1988

Discriminação	Resultados líquido ant. imp.	Prov. para impostos s/lucros	Imp. sobre lucr. líquid.	Resultados líquidos após imp.
Do exercício de 1984 ... ..	51 906 460\$65	18 167 261\$20	18 167 261\$20	33 739 199\$45
Do exercício de 1985 ... ..	59 752 804\$46	20 913 481\$60	20 913 481\$60	38 839 322\$86
Do exercício de 1986 ... ..	123 227 992\$68	43 129 797\$40	44 215 585\$00	80 098 195\$28
Do exercício de 1987 ... ..	36 300 394\$76	12 705 138\$20	12 705 138\$20	23 595 256\$56
Do exercício de 1988 ... ..	20 303 837\$49	7 106 343\$10		13 197 494\$39
Total ... ..	291 491 490\$04	102 022 021\$50	96 001 466\$00	189 469 468\$54

Variação dos elementos dos fundos circulantes

em 31 de Dezembro de 1988

Activas			Passivas		
<b>Aumento das existências:</b>			<b>Diminuição das existências:</b>		
Materias primas	7 075 167\$60		Mercadorias	134 319 090\$10	134 319 090\$10
Embalagens comerciais retornáveis	4 029 674\$50	11 104 842\$10	Redução de créditos a curto prazo:		
<b>Aumentos de créditos a curto prazo</b>			Fornecedores c/c	546 724\$50	
Clientes c/gerais	53 798 970\$51		Emprestimos concedidos	1 388 918\$70	4 218 426\$10
Outros devedores	75 289 623\$50		<b>Aumentos de débitos a curto prazo:</b>		
<b>Redução de débitos a curto prazo:</b>		129 088 594\$01	Clientes c/c	4 853 753\$80	
Clientes	32 449 285\$40		Sector público estatal	28 715 922\$60	
Empréstimos bancários	44 261 980\$90		Estado e out. entid. públicas c/gerais	19 889 127\$46	
Outros empréstimos obtidos	23 339 678\$00		Outros credores	12 595 256\$56	127 627 661\$92
Socios e associadas	5 250 000\$00	105 300 944\$30	Depósito à ordem	61 573 601\$50	
<b>Aumentos de disponibilidades:</b>			Despesas antecipadas		102 923 336\$51
Caixa		16 326 286\$30			4 203 241\$20
		111 471 089\$12			
		373 291 755\$83			373 291 755\$83

Mapa de origem e de aplicação de fundos

Exercício de 1988

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
<b>Internas:</b>			<b>Distribuições:</b>		
Resultados líquidos:	13.197		Por aplicação de resultados		12.595
Amortizações e reintegrações do exercício	53.545		Movimentos financeiros a médio e longo prazo		
Varição das provisões	(5.599)	61.143	Redução de créditos a m/l prazo		
<b>Externas:</b>			Empréstimos bancários	45.352	
Movimento financeiros médio e longo prazo			Empréstimos do estado e out. entid. públicas	10.45	
Redução dos créditos médio e longo prazo			<b>Investimentos:</b>		55.802
Empréstimos concedidos	1.452		Trabalhos da Empresa para ela própria		
Aumentos dos débitos médio e longo prazo			Materia de carga e transporte	0.097	
Empréstimos bancários			Obras em curso	5.279	
<b>Desinvestimentos:</b>			Conservação plurienal	0.012	
Cessão de Imobilizações			<b>Aquisição de imobilizações:</b>		
Taras e vasilhames	0.025	1.477	Terrenos		0.600
Redução dos fundos circulantes		111.471	Equipamentos básicos		0.789
			Ferramentas e utensílios		0.267
			Material de carga e transporte		1.960
			Equipamento admin. e Mat. diverso		4.560
			Obras em curso		89.124
			Conservação plurienal		3.006
					105.694
		174.091			174.091

